

Carreira de natureza jurídica

Proposta de Emenda à Constituição altera o nome da Polícia Civil

O presente artigo analisa a proposta de emenda à Constituição 487/2010, que altera o nome da Polícia Civil; reveste de natureza jurídica a atividade exercida pelos delegados de polícia; e amplia as atribuições da Polícia Judiciária. Estuda a vinculação histórica entre a Polícia Civil e o Poder Judiciário. Examina, também, as atividades de natureza jurisdicionais que foram exercidas pelos delegados de polícia, bem como as consequências da supressão de tais atribuições.

Aborda, finalmente, os reflexos positivos das alterações sugeridas pela proposta de emenda à Constituição 487/2010 na segurança pública.

Tramita na Câmara dos Deputados a proposta de emenda à Constituição 487/2010, de autoria do deputado Regis de Oliveira, que altera o nome da Polícia Civil. A mencionada proposta modifica a redação do inciso IV e § 4º, do artigo 144, da Constituição Federal, denominando a Instituição responsável pela investigação das infrações penais como "Polícia Judiciária dos Estados". O projeto em tela, ainda, reveste a atividade exercida pelos delegados de polícia de natureza jurídica.

A proposição também estabelece novas condições para o provimento do cargo de delegado de polícia. A proposta exige que os futuros profissionais sejam bacharéis em Direito, aprovados no exame de ordem. Além disso, a PEC em discussão determina que o provimento do cargo de delegado de polícia depende de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases.

Adequação da Natureza e Denominação das Polícias Civas

Diante do quadro descrito, a proposta de emenda à Constituição 487/2010 pretende adequar a denominação das Polícias Civas dos Estados. Indiscutivelmente, a denominação "Polícia Judiciária dos Estados" é mais adequada à natureza das atribuições exercidas pela atual Polícia Civil, como órgão auxiliar do Poder Judiciário, responsável pela formalização, investigação, instrução dos elementos de convicção e elucidação das infrações criminais.

Tais alterações tornarão a Polícia Judiciária mais eficiente, circunstância que propiciará a diminuição da criminalidade, com reflexos positivos na segurança da população.

Ademais, a expressão "Polícia Civil" encerra uma redundância, pois se a atividade é policial, ou seja, destinada ao controle dos conflitos sociais provocados pelos cidadãos, naturalmente que só poderia ter natureza civil.

Finalmente, a proposta amplia as atribuições da Polícia Judiciária, possibilitando aos integrantes dessa importante Instituição a formalização, investigação, instrução dos elementos de convicção e elucidação das infrações penais, exceto as militares.

A aprovação desta proposta de emenda à Constituição é importante, na medida em que:

- Corrige uma imperfeição redacional, atribuindo ao órgão responsável pela investigação criminal a sua verdadeira nomenclatura;
- Reveste de natureza jurídica a atividade exercida pelo delegado de polícia; e
- Amplia as atribuições da Polícia Judiciária.

Texto Atual

Artigo 144 - ...

IV - polícias civis;

§ 4º - Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Texto Sugerido:

Art. 144 -

IV – polícias judiciárias dos Estados;

§ 4º Às polícias judiciárias dos Estados, dirigidas por delegados de polícia de carreira, de natureza jurídica, bacharel em direito aprovado no exame de ordem, cujo ingresso depende de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, incumbem, ressalvada a competência da polícia judiciária da União, as atribuições de formalização, investigação, instrução dos elementos de convicção e elucidação das infrações penais, exceto as militares. (grifei)

Tais alterações tornarão a Polícia Judiciária mais eficiente, circunstância que propiciará a diminuição da criminalidade, com reflexos positivos na segurança da população.



Mário Leite de Barros Filho é delegado de polícia do Estado de São Paulo, professor universitário, autor de quatro obras na área do Direito Administrativo Disciplinar e da Polícia Judiciária. Atualmente, exerce a atividade de assessor jurídico do gabinete do deputado federal Regis de Oliveira, em Brasília.
E-mail: mario.leite2@terra.com.br

Expediente

Conselho Editorial
Direção Executiva

Editora e Jornalista Responsável
Juliana Miranda (MTB. 34.354)

Repórteres
Diego Ramalho e Gláucia Milício

Diagramação
Cat Comunicação

Impressão
Gráfica Idealiza

Tiragem
10 mil exemplares

Site
www.adpesp.org.br

Dúvidas, críticas e sugestões podem ser enviadas pelo e-mail imprensa@adpesp.com.br ou para o endereço Av. Ipiranga, 919, 11º andar, São Paulo/SP – Cep: 01039-902 (A/C Dpto. de Imprensa).

INFORMATIVO ADPESP



UMA PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ano I - Edição Especial - Junho de 2010

Trabalho Modelo

Delegacia de Avaré recebe certificação ISO 9001

pág. 04



Especial

pág. 03

Operação Padrão

Adesp reforça necessidade de engajamento dos DPs



ARTIGO



Mário Leite

Proposta na Câmara dos Deputados altera nome da Polícia Civil

pág. 08



Contas Abertas

Após a mudança de gestão ocorrida no início de 2010, a nova direção da Adesp está em fase de reorganização de contas a pagar e de investimentos a fazer.

pág. 02

DESRESPEITO

Campanha Publicitária

No final do mês de maio foi iniciada uma campanha publicitária, veiculada em diversas mídias para conscientizar a sociedade sobre a situação da Polícia Civil paulista.

pág. 06

ADPESP na rede



pág. 05



Fala Delegado

Delegado Sidney Carli fala sobre a abrangência da inamovibilidade

pág. 03

A nossa voz

Esta é a primeira edição do Informativo Adpesp, uma divulgação oficial da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo. Ela é mais um dos canais de comunicação que foram estabelecidos em 2010, após o ingresso da nova gestão administrativa da Associação.

O momento é de união. Aos poucos, vemos cada vez mais colegas e delegacias entrando em mobilização, aderindo à chamada "Opv eração Padrão", como tem sido tratado o assunto pela imprensa. Poucas foram as vezes na história da Polícia Civil que nos encontramos em uma situação tão favorável para mudanças expressivas.

Isto porque, por outro lado, poucas foram as vezes em que estivemos tão "esquecidos" por nosso Governo. Os delegados paulistas têm o pior salário do Brasil, têm o mesmo número de profissionais desde 1995 (a população aumentou em 8 milhões de habitantes), entre outras aberrações.

Apesar de serem informações sabidas por nós, delegados, elas precisavam ser expostas à sociedade, com comunicação eficiente, via assessoria de imprensa e marketing. Tão logo implantamos medidas de comunicação, imediatamente a imprensa e a sociedade repercutiram os nossos problemas e certamente conseguiremos mudanças em breve. Mas, para que isso se concretize, preci-

samos estar unidos, abrindo o debate e nos engajando para resgatar a dignidade do Delegado de Polícia Civil.

Internamente, implantamos uma série de canais de comunicação: diariamente, você pode ter acesso às principais notícias da Adpesp e de assuntos relacionados por meio de nosso site (www.adpesp.org.br), que está em fase final de reformulação. Duas vezes por semana, estamos enviando aos nossos associados um informativo por e-mail (newsletter Plantão Adpesp), com as últimas informações publicadas na imprensa acerca da instituição e sobre outros assuntos de interesse. Uma vez por semana, enviamos mensagens por celular.

Também estamos presentes nas Redes Sociais, importante meio para a disseminação e o compartilhamento de informações com os mais diversos públicos.

Agora, estamos reforçando nossos meios de comunicação com este jornal impresso



Marilda Pansonato Pinheiro - Presidente da Adpesp

mensal. O periódico está aberto a críticas e sugestões, que podem ser enviadas pelo e-mail imprensa@adpesp.com.br.

Como disse durante a posse da nova gestão, está na hora de estabelecermos o diálogo franco, aberto, transparente e verdadeiro, onde sejamos ouvidos e saibamos ouvir. É hora de todos terem vez e voz, onde as opiniões devem ser ouvidas, registradas e percebidas.

E é somente unidos e nos comunicando de forma eficiente que conseguiremos obter melhores condições de trabalho e participação mais ativa na sociedade.

Boa leitura!

Contas Abertas

Reorganização é a prioridade

Após a mudança de gestão ocorrida no início de 2010, a nova direção da Adpesp está em fase de reorganização de contas a pagar e de investimentos a fazer. O maior trabalho do Departamento Financeiro até agora tem sido identificar o que realmente é utilizado e o que pode render bons frutos para a instituição.

Uma das primeiras análises tem sido com as colônias, que geram altos custos e nem sempre são utilizadas. Algumas delas, como de Caraguatuba, estão em estudos até para desativação. A ideia é que com elas haja uma redução de 20% na saída do caixa da Adpesp.

Essa diminuição será possível para redirecionar novos investimentos, até mesmo com a melhora das outras colônias mais ativas. "Contratamos um gerente administrativo, compramos espaços para divulgação da nossa campanha publicitária entre os primeiros esforços", declara o Tesoureiro da Adpesp, Abel Fernando Paes e Barros Cortez.

Outro ponto importante é o fortalecimento na área de comunicação social. Esse departamento, que tinha um funcionário, agora tem quatro, além de seus colaboradores. O novo departamento já criou diversos canais como este informativo, além de newsletters, torpedos via celular. A grande perspicácia da gestão, no entanto, foi criar toda essa estrutura sem aumentar o investimento.

Já o secretário-geral da Adpesp, Alan Bazalha Lopes, destaca outras mudanças que geraram redução de gastos, todas dentro da própria instituição, em São Paulo. "O restaurante reformulou o cardápio, os gastos com internet e TV a cabo foram diminuídos", diz. "Se devemos adotar uma política de fortalecimento

financeiro e redirecionamento de investimentos, é fundamental começarmos as mudanças dentro da própria casa", finaliza.



Tesoureiro Abel Cortez e Secretário Geral Alan Bazalha: análises de custo-benefício e mudanças também na própria sede da Associação

Adpesp reafirma necessidade da Operação Padrão

Plantões mais cheios, espera maior por atendimento. A Operação Padrão (OP) mudou a rotina nos DPs desde que foi deflagrada, no dia 23 de março. Aos poucos, uma série de Delegados do Estado se unem à mobilização, refletindo as dificuldades que a Polícia Civil tem enfrentado em seu dia a dia, com a falta de funcionários e de recursos materiais.

O exemplo mais recente dessa fragilidade foi o assalto dentro da delegacia de Salto, no último mês de maio. Em entrevistas na própria cidade, a presidente da Adpesp reforçou que se a delegacia estivesse engajada na Operação, dificilmente seria manchete negativa na imprensa de todo o País.

Na capital, funcionários do 10º DP estão trabalhando conforme as condições proporcionadas pelo governo, o que gera lentidão no atendimento à população. “No início, escrivães, investigadores e carcereiros não compreenderam que o escopo da OP não era apenas reivindicações exclusivas dos Delegados, mas aos poucos perceberam que o objetivo da mobilização era mostrar à adminis-

tração suas próprias falhas e mazelas, fazendo com que o estado - e não mais os funcionários - buscasse corrigir suas próprias distorções”, explica do Delegado Paulo Lew.

Ele conta que o relacionamento interno está cada vez melhor. “Agora, o serviço é prestado como deve ser prestado. No plantão que presido, todas as partes são ouvidas, sendo suas declarações reduzidas a termo; dirijo-me a todo e qualquer local de infração penal para verificar a existência de vestígios, com intuito de acionar perícia, por exemplo. Não me preocupo com o tempo que essa prestação irá consumir. Faço o trabalho de forma correta e atenciosa”, relata.

Para conter a insatisfação da população, Dr. Lew tem utilizado a comunicação para esclarecer sobre a real situação da Polícia Civil. Junto com os cartazes difundidos pela Adpesp, ele afixou um “Aviso ao público e policiais em geral” na espera do plantão, na porta da unidade e na frente dos pontos de RDO, explicando os motivos da demora no atendimento. “Quando alguma pessoa se aproxima, indagando acerca da espe-

ra, solicito que leia o aviso. A população fica irritada, mas acaba me dando razão, e transfere sua ira ao verdadeiro responsável pela desídia com o serviço público, o governante e não o delegado de plantão”, conta.

Caravanas da Adpesp orientam distritos

- desde o início da mobilização, centenas de distritos policiais já foram visitados na capital e no interior. A diretoria da Adpesp utiliza vans com materiais de divulgação, com o objetivo de auxiliar os trabalhadores que aderiram à Operação. A caravana tem procurado também coibir a ação dos chefes que forçam seus subalternos a trabalhar normalmente e orientado a população prejudicada pela operação padrão.



Equipes visitam delegacias para orientar sobre a OP

Fala Delegado

Sobre a abrangência da inamovibilidade

O delegado Sidney Antônio Carli, titular do 3º DP de Assis e 1º Tesoureiro da ADPESP, fala da abrangência da Portaria DGP -22.

Inamovibilidade é a garantia de permanência na mesma comarca ou vara, donde o juiz só pode ser removido a pedido, incluindo por promoção, salvo por motivo de interesse público, quando o tribunal poderá, pelo voto de 2/3 de seus membros, assegurada a ampla defesa, remover ou mesmo promovê-lo compulsoriamente, na forma do artigo 93, VIII, Constituição Federal.

Juntamente com a vitaliciedade e a irredutibilidade de vencimentos, a inamovibilidade completa as prerrogativas da magistratura, que não tem nada a ver com privilégios do juiz. São apenas garantias para exercício da função jurisdicional com a necessária imparcialidade. Com a garantia da inamovibilidade, o magistrado pode decidir contrariando interesses de qualquer um sem preocupações de so-

frer perseguições ou punições disfarçadas sob a forma de remoção.

A inamovibilidade não é garantia constitucional apenas do magistrado. Pelas mesmas razões são assegurados por esta garantia constitucional os Ministros do Tribunal de Contas da União, o Auditor de Contas do Tribunal de Contas da União, os Conselheiros de Tribunal de Contas do Estado ou de Tribunal de Contas dos Municípios, os representantes do Ministério Público e os defensores públicos.

Inexplicavelmente os delegados de polícia não são protegidos pela garantia constitucional da inamovibilidade. Autoridades de polícia judiciária que exercem funções públicas tão relevantes como os membros da Magistratura e do Ministério Público, sujeitos a todos os tipos de perseguições e pressões de segmentos políticos, sociais e econômicos não interessados na justiça.

Pois o defensor público a quem cabe somente defender os interesses daqueles que atentaram contra as leis do estado e não podem prover as despesas de um processo, são protegidos pela inamovibilidade e aos delegados de polícia até hoje não foi dispensado o mesmo necessário tratamento jurídico o qual deve ser dispensado por meio de lei complementar estadual.





Após ISO 9001, delegacia de Avaré vira modelo de administração

O empreendedorismo do delegado Vagner Bertoli, da seccional de Avaré, é motivo de orgulho para os demais colegas de classe. Com uma visão moderna de administração, ele implantou, há pouco mais de um ano, um sistema de Gestão de Qualidade na seccional. As boas práticas renderam, inclusive, a entrega do certificado ISO 9001.

Com isso, a seccional passou a ser a primeira instituição policial civil a ter esse tipo de certificação no Estado de São Paulo. O documento foi liberado pelo INMETRO, com entrega feita pela Germanischer Lloyd Industrial Services do Brasil Ltda. (GL), em fevereiro de 2009, pelo profissional Nairson de Oliveira.

Além da administração de melhorias, o delegado inclui em suas tarefas as atuações no Núcleo de Meio Ambiente da Aca-depol e na Faculdade Eduvale.

De acordo com a escrivã de polícia, Silvia Santos, que também é a RD (Representante da Direção), responsável por monitorar o andamento dos trabalhos, a maioria das metas traçadas foi atingida desde que o sistema foi implantado.

Uma das mudanças mais significativas

foi o processo de incineração. Ao acelerar esse processo, ela conta que conseguiram diminuir a quantidade de drogas estocadas na delegacia. "Com autorização judicial, conseguimos incinerar muitas drogas, o que nos propiciou ainda mais segurança no ambiente de trabalho", diz Silvia.

Para conquistar o ISO 9001 foi preciso otimizar o trabalho do cartório central até chegar às demais divisões, cumprindo as seguintes exigências do INMETRO: foco no cliente, liderança, abordagem do processo, decisões baseadas em fatos, envolvimento de pessoas, melhoria contínua, abordagem do sistema para gestão e benefícios mútuos na relação entre órgão-cidadão.

O certificado será válido por três anos e poderá ser renovado se a instituição continuar desempenhando um bom trabalho em relação às metas exigidas.

Silvia também destaca que por meio do processo de correção, eles conseguiram formatar diversos procedimentos na seccio-



Dr. Vagner (foto à esq.) e escrivã Silvia (foto à dir.) entre funcionários da delegacia exibem o certificado ISO 9001

nal. Todas as correspondências agora são protocoladas com mais rapidez, o que já existia, mas não era monitorado.

Ainda pelo sistema de gestão é possível fazer análises críticas semestrais. Segundo a escrivã, é nesta ocasião em que as metas são discutidas e reavaliadas.

"O sistema de gestão nos ajudou muito. Ele é super importante no setor público, que deve buscar eficiência, além de mapear todos os serviços prestados – para termos a certeza que o serviço é de qualidade", finaliza.

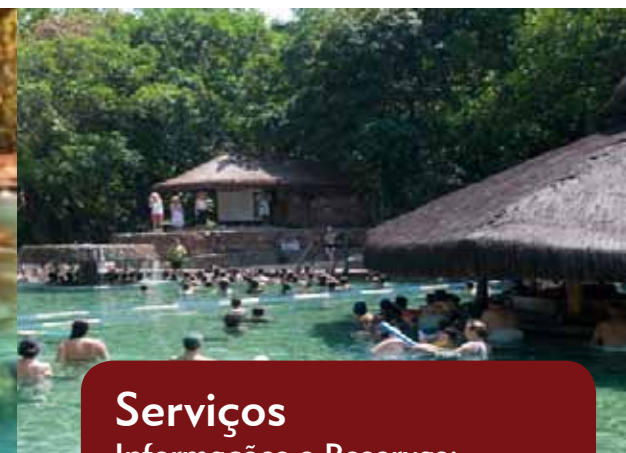
A seccional de Avaré coordena as atividades de 24 unidades policiais em 17 municípios: Águas de Santa Bárbara, Arandu, Barão de Antonina, Cerqueira Cesar, Coronel Macedo, Fartura, Iaras, Itaipu, Itaporanga, Mandari, Paranapanema, Piraju, Taguai, Taquarituba e Tejuapá.

Associados contam com descontos especiais na Pousada do Rio Quente

Além de manter colônias de férias no litoral paulista, localizadas em Ubatuba e Peruíbe, a Associação renovou neste ano seu convênio com o Rio Quente Resorts. A ideia é oferecer mais opções de lazer aos associados.

Todo associado Adpesp tem 10% de desconto nas viagens aérea e rodoviária ou somente hospedagem para o resort. E os benefícios não param por aí: quem reservar o pacote com até 60 dias de antecedência, terá mais 5% de desconto; com 90 dias, o benefício adicional vai para 10%; e para quem se programar com até 120 dias, recebe 15%.

Os associados poderão ter acesso ao Parque das Fontes, considerado o maior manancial de águas quentes do mundo. É a área onde se situam as nascentes das águas termais. São diversas piscinas de águas quentes a uma temperatura média de 36,5°. Vale destacar que toda noite o resort oferece shows musicais no Toldo do Bosque, no Clube Chopp Brahma.



O pacote também dá acesso ao Hot Park, que é maior parque Aquático do Brasil e à Praia do Cerrado, a maior praia artificial de águas quentes do mundo. A praia foi construída em uma área de 25 mil m² equivalente a 4 campos oficiais de futebol. São 5,5 milhões de litros de água renovados a cada 3 horas. Além disso, conta com 9 tipos diferentes de ondas com até 1,20 m de altura (baixas, altas, longas e curtas). Vale a pena conferir.

Serviços

Informações e Reservas:

Valetur Ibirapuera
Av. Ibirapuera, 3103 - Piso
Jurupis - Loja 51 - Ibirapuera
São Paulo/SP CEP: 04029-200

Telefone: (11) 5090 5797

Email: valeturibirapuera@rioquenteresorts.com.br

Horário de Atendimento:

Segunda a Sábado das 10h00 às 22h00.

Domingo das 14h00 às 20h00.

Esclarecimento

A Adpesp vem recebendo seguidas cobranças financeiras da Adepol-Br, que congrega delegados de todo o Brasil, referentes à supostas mensalidades pendentes (R\$ 646.720,00) e para dirimir qualquer dúvida relacionada ao tema, presta as seguintes informações:

A ADEPOL-BR é uma instituição sem fins lucrativos, que congrega os Delegados de Polícia de carreira do país, sendo de livre filiação, nos moldes dos artigos 1º e 5º do estatuto da entidade.

Desta leitura, conclui-se que não se trata de uma associação de associações, por-

tanto, a Adpesp, com personalidade jurídica própria, não possui nenhum vínculo e, por consequência, nenhuma obrigação com a Adepol-Br.

A Adpesp incentiva à filiação de nossos associados à Adepol-br, porém, caso haja interesse, o contato deve ser feito diretamente com aquela entidade.

Site reformulado

Nos próximos dias, a Associação irá lançar a nova versão do site da Adpesp, com a proposta de oferecer ainda mais interatividade aos associados. A página segue tendência SEO (Otimização de Sites), que tem como foco a importância de fazer o seu conteúdo e serviço aparecer e ganhar popularidade entre os delegados de Polícia.

O site também apresentará os links das redes sociais para lidar com um público cada vez mais ativo e mais presente. Os associados poderão contar também com conteúdo multimídia em todas as páginas.

Acesse www.adpesp.org.br e veja a mudança!

Na era da Informação

Além deste informativo impresso, outra série de canais está sendo desenvolvida para os associados da Adpesp. Alguns desses canais estão na internet, nos sites de Redes Sociais.

Você pode nos encontrar no Orkut, pela comunidade "Adpesp", nos seguir no Twitter pelo endereço www.twitter.com/delegados_sp e ainda assistir aos nossos vídeos pelo YouTube, no www.youtube.com/adpesp.

YouTube



Campanha mostra à sociedade situação da Polícia Civil

No final do mês de maio foi iniciada uma campanha publicitária, veiculada em diversas mídias para conscientizar a sociedade sobre a situação da Polícia Civil paulista. A iniciativa é uma das primeiras ações promovidas pela Adpesp para melhorar as condições de trabalho e o reconhecimento da classe.

Criada pela agência Cat Comunicação, foram elaboradas peças como folders, outdoors, spots de rádio, vídeos, entre outras. Os motes da campanha se basearam nas palavras “Desrespeito”, “Injustiça”, “Insegurança” e “Descaso”, que vêm acompanhadas de informações complementares sobre as deficiências estruturais.

“Em pouco mais de um mês identificamos os principais problemas e anseios da classe. Elaboramos um material baseado em fatos”, diz o diretor da agência, Carlos Gomes. “Estamos gostando da repercussão da campanha e esperamos que ela continue ganhando abrangência na sociedade”, completa.

Já para a presidente da Adpesp, Marilda Pansonato Pinheiro, as denúncias feitas na campanha vão possibilitar um

DESCASO

31% das cidades do Estado de São Paulo não possuem Delegados de Polícia.

Em mais de 200 cidades do Estado de São Paulo, a figura do Delegado simplesmente inexistente, o que dificulta o atendimento e impossibilita uma correta investigação criminal.

Com isso, a impunidade aumenta, o atendimento fica debilitado, a violência atinge números assustadores e a sua segurança fica prejudicada.

ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

MOVIMENTO PELA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL VALORIZADA: SOCIEDADE AMPARADA!

DESRESPEITO

O Estado de São Paulo possui 42 milhões de habitantes e pouco mais de 3 mil Delegados.

O Estado mais rico da nação possui um número extremamente reduzido de Delegados de Polícia, tornando praticamente impossível o trabalho de investigação e manutenção da ordem.

Com isso, a impunidade aumenta, o atendimento fica debilitado, a violência atinge números assustadores e a sua segurança fica prejudicada.

ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

MOVIMENTO PELA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL VALORIZADA: SOCIEDADE AMPARADA!

INJUSTIÇA

Em São Paulo, os Delegados de Polícia Civil recebem o pior salário do Brasil.

O péssimo salário faz com que muitos Delegados abandonem a carreira ou deixem de assumir seus cargos após aprovação em concursos públicos, tornando insuficiente o número de profissionais.

Com isso, a impunidade aumenta, o atendimento fica debilitado, a violência atinge números assustadores e a sua segurança fica prejudicada.

ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

MOVIMENTO PELA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL VALORIZADA: SOCIEDADE AMPARADA!

INSEGURANÇA

Enquanto a população cresceu 21% desde 1995, o Estado manteve o mesmo número de Policiais Civis.

Nos últimos 15 anos a população do Estado de São Paulo aumentou em cerca de 8 milhões de pessoas. Apesar disso, o Governo do Estado manteve o mesmo número de Delegados e Policiais Civis. Com isso, a impunidade aumenta, o atendimento fica debilitado, a violência atinge números assustadores e a sua segurança fica prejudicada.

ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

MOVIMENTO PELA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL VALORIZADA: SOCIEDADE AMPARADA!

maior engajamento da população. “Precisamos do apoio da sociedade para mudarmos as péssimas condições de trabalho que temos. E isso só será possível ao conscienci-

zando-os de forma eficiente”, finaliza.

Para ver todas as imagens e os vídeos da campanha, acesse o site da Adpesp – www.adpesp.org.br.

Delegados em foco

Os colegas Francisco de Paula Leão e Milton Pereira dos Santos participaram, no último mês de abril, dos 2º Jogos Brasileiros Masters, no Estádio Célio de Barros, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o doutor Leão foi campeão no lançamento de dardo e segundo colocado no lançamento de disco e arremesso de peso.

Já o doutor Pereira dos Santos foi campeão nos lançamentos de disco e peso. Os dois delegados representaram a ADPESP e o Estado de São Paulo na competição.

Os delegados são recordistas Sulamericanos nas provas de arremesso de peso e lançamento de dardos respectivamente. Foram

também campeões mundiais dos jogos Mundiais de Polícias e Bombeiros, promovido em Paris há 10 anos e em Barcelona, na Espanha, em 2003.

A novidade para este ano é que vão participar dos Jogos Mundiais que será realizado na Coreia este ano.

Chá reúne 70 viúvas de delegados na sede da Adpesp

Num clima de confraternização, a Adpesp reuniu no final de maio 70 viúvas de delegados para um chá na sede da Associação. As convidadas foram recepcionadas pela pianista Zilméia Santoro, que há 27 anos faz apresentações para prestigiar aqueles que dedicaram suas vidas para a instituição policial.

Durante a abertura, a assistente social Sílvia Dias ressaltou a importância de se cuidar das companheiras dos delegados. "Aqui é a casa do delegado. Com ele e, infelizmente, sem ele, nós devemos cuidar de suas mulheres", reforçou. Ela explicou que esse primeiro encontro foi de reaproximação para que, num segundo momento, possam sanar diversas dúvidas sobre o acesso dessas viúvas à Associação.

O chá também contou com a presença das psicanalistas Vera Lúcia Cardoso e Marta Odone, esta última filha de delegado. Marta trouxe uma apresentação motivacional sobre amadurecimento.

A viúva Maria da Rocha emocionou as demais colegas ao falar de seu marido, de-

legado falecido há sete meses. Ela contou que seu marido amou e respeitou a profissão. "Agradeço a Associação por nos proporcionar esse momento tão especial e ao meu marido, por ter deixado essa herança", disse.

Já a viúva Maria Aparecida Guilherme falou dos momentos em que acompanhou seu marido em jantares na Adpesp. "Quando recebi o convite para o chá me senti lembrada. Foi uma boa maneira de valorizar as mulheres que conviveram anos e anos ao lado de pessoas que mostraram seus valores, mas que infelizmente não estão mais conosco", registrou Maria.

Serviço Social – O Chá das Viúvas foi uma das primeiras ações promovidas pela Adpesp depois da contratação da assistente social Sílvia Dias, que tem como missão dar respaldo aos associados e funcionários.



Dentre suas atividades, ela tem feito pesquisas a fim de otimizar os trabalhos dos funcionários. Recentemente, Sílvia também criou um manual de facilidades para os aposentados, que está prestes a ser editado e será encaminhado via mala direta nos próximos meses.

Confira na próxima edição do Informativo Adpesp reportagem especial sobre os serviços sociais da Associação.

Atuação da ADPESP

Desde que tomou posse como presidente da Associação, Marilda Pansonato Pinheiro travou uma luta incessante para resolver os problemas da classe. Dentre suas atividades, passou a participar das votações na Assembleia Legislativa de São Paulo, além de se reunir com a Administração Municipal.

Na prefeitura, solicitou melhorias para os policiais civis que estão na ativa, como a possibilidade de contratação em dias de folga. Já para os aposentados, sugeriu a ocupação em cargo na Administração.

Na pauta de discussão também entrou a busca por uma nova sede para a Adpesp, além de convênio para atendimento emergencial para policiais civis na rede municipal de saúde. Nesta ocasião, a diretoria da Adpesp foi recebida pelo prefeito Gilberto Kassab em seu gabinete.

Já na Assembleia, a busca tem sido para resposta sobre o projeto de reestruturação da carreira e a votação do ALE (Adicional

de Local de Exercício), que foi votada em maio para incorporação em cinco anos. Já a reestruturação, ainda está em discussão.

Laços com a imprensa

Marilda Pansonato foi recebida também, no último mês de abril, pelo presidente da Associação Paulista de Imprensa (API), Sérgio Azevedo Redó, na chamada casa do jornalista.

O objetivo da visita foi estreitar o canal de comunicação entre as duas instituições.

Na ocasião, Sérgio Redó elogiou a presidente — primeira mulher em 60 anos a comandar a associação —, pelo seu trabalho. Lembrou ainda que Marilda foi uma das lideranças do movimento grevis-



Diretoria da Adpesp se reúne com prefeito da capital para discutir assuntos ligados à sede da instituição

ta de 2008. "Parabéns pelo seu empenho e dedicação. Sua sensibilidade fará bastante diferença neste novo desafio", destacou Redó.